



## BOLETIM SEMESTRAL

# Radar na Prática

O semestre em dados,  
o futuro em perspectiva.



## AUTORES

### **Conselheiro Guilherme Antonio Maluf**

Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE/MT), Presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (Copspas/TCE-MT), Coordenador-Geral do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do Projeto de Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

### **Giovanna D'Amico**

Assistente de Gabinete da Vice-Presidência do TCE-MT

### **Joyce Alves Orlando de Vera Escalante**

Assessora Técnica de Gabinete

### **Hugo Dias Hoffmann Santos**

Assessor Técnico de Gabinete

### **Luciano Joia da Silva**

Assessor Técnico de Gabinete

## REVISORES

### **Flavia Bortot Scardini Faria**

Secretária Executiva da COPSPAS

### **Paola Freitas Penna Silva Campos**

Assessora Técnica da COPSPAS

## PROJETO GRÁFICO E DESIGN

### **Giovanna D'Amico**

Assistente de Gabinete da Vice-Presidência do TCE-MT

# Identidade Organizacional

**Negócio:**

Controle externo da gestão dos recursos públicos.

**Missão:**

Controlar a gestão dos recursos públicos do estado e dos municípios de Mato Grosso, mediante fiscalização, orientação, avaliação de desempenho e julgamento, contribuindo para a qualidade do gasto e a efetividade na prestação dos serviços, no interesse da sociedade.

**Visão:**

Ser um novo paradigma de Tribunal de Contas, por meio de sua missão, contribuindo para que as gestões públicas estadual e municipal de Mato Grosso sejam referência em administração pública em nosso país.

**Valores:**

**Justiça:** agir com integridade, equidade, coerência, imparcialidade e imparcialidade.

**Qualidade:** atuar de forma ágil, eficiente e eficaz, com padrões de excelência.

**Liderança:** agir com ética, responsabilidade e compromisso com o interesse público.

**Colaboratividade:** estabelecer parcerias com órgãos públicos e privados.

**Transparência:** comunicar e divulgar ações e decisões de forma clara e acessível.

**Responsabilidade:** atuar com base na lei, na boa governança e na transparência.

**Inovação:** adotar medidas criativas e tecnológicas para aprimorar processos.

**Iniciativa:** buscar soluções assertivas e propositivas para questões públicas.

**Diversidade:** compreender diferenças e propor soluções inclusivas.

**Excelência:** buscar continuamente a excelência corporativa e ser referência em controle público.

# CORPO DELIBERATIVO

**Sérgio Ricardo**

Conselheiro Presidente

**Guilherme Antonio Maluf**

Conselheiro Vice-Presidente

**José Carlos Novelli**

Conselheiro Corregedor-Geral

**Antonio Joaquim**

Conselheiro Ouvidor-Geral

**Waldir Júlio Teis**

Conselheiro Supervisor da Escola Superior de Contas

**Valter Albano**

Conselheiro

**Gonçalo Domingos de Campos Neto**

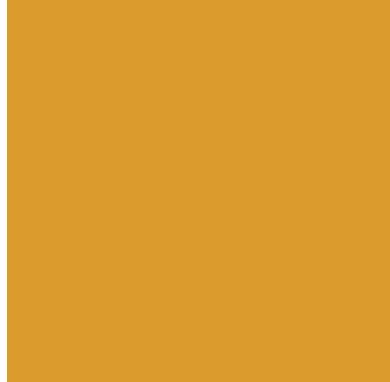
Conselheiro

**Alisson Carvalho de Alencar**

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

**Elaboração**

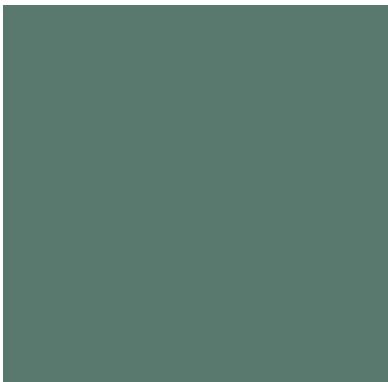
Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social



# O olhar inicial

A Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSAS) do Tribunal de Contas de Mato Grosso atua na fronteira entre o controle público e a formulação de políticas. Criada para identificar fragilidades, propor melhorias e ampliar a eficácia dos serviços ofertados à população, a Comissão busca integrar a análise técnica à compreensão real dos territórios e das pessoas atendidas pelas políticas públicas. Sob a presidência do conselheiro Guilherme Antonio Maluf, a COPSAS consolida uma nova forma de atuação no controle externo: mais analítica, preditiva e conectada às realidades locais. Essa visão orienta a criação de instrumentos inovadores de monitoramento e apoio à gestão, como o Radar de Controle Público, que reúne módulos voltados à Saúde, à Assistência Social e à Previdência. Os Radares de Controle Público são hoje ferramentas estratégicas do TCE-MT para monitorar, interpretar e antecipar tendências nas políticas sociais. Cada painel consolida informações de bases oficiais — nacionais, estaduais e municipais — oferecendo uma visão comparativa e dinâmica sobre o desempenho das políticas públicas em todo o Estado. Mais do que uma base de dados, o Radar é um sistema de inteligência institucional que subsidia decisões, orienta fiscalizações e promove transparência. Seu propósito é fortalecer a capacidade analítica do controle externo e apoiar gestores na formulação de estratégias sustentáveis e efetivas. O Boletim Radar Semestral nasce dessa missão: traduzir os principais achados da ferramenta em leituras interpretativas sobre o comportamento das políticas públicas.

A cada edição, especialistas das áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social apresentam uma síntese analítica do semestre, destacando avanços, desafios e tendências que merecem atenção. Mais do que números, este boletim oferece uma leitura integrada dos dados, revelando o que eles dizem sobre os territórios e sobre o futuro das políticas sociais em Mato Grosso.

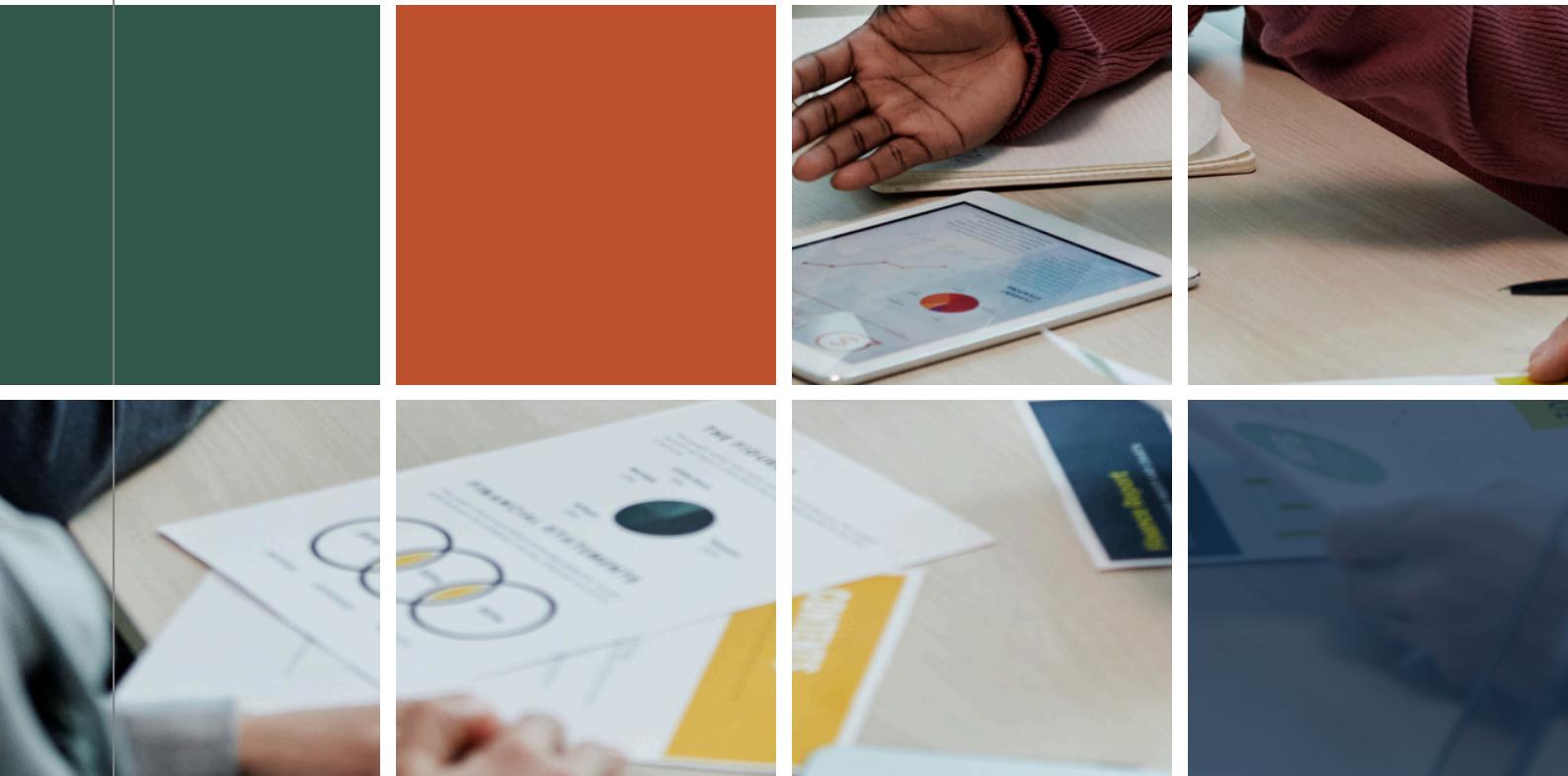


# Metodologia e Fontes

A análise combina indicadores quantitativos consolidados com interpretações qualitativas de políticas públicas. As informações preliminares podem sofrer ajustes conforme atualização de bases federais e estaduais.

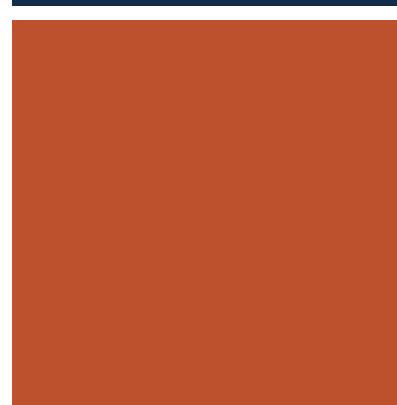
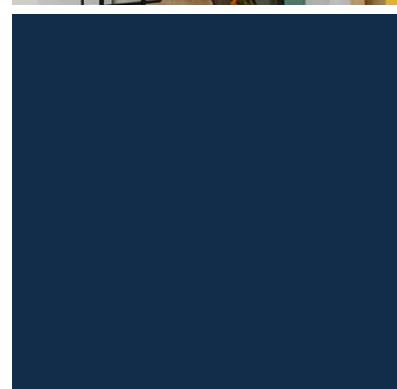
**Período analisado:** Janeiro a Junho de 2025.

**Fontes principais:** DATASUS (SIH/SUS, CNES), InfoMS, CAGED, Cadastro Único, Radar Previdência – TCE-MT, documentos normativos e portarias vigentes.



# Sumário

O olhar inicial.....	p. 02
Metodologia e Fontes.....	p. 03
Destaques Integrados do Semestre.....	p. 05
Radar da Saúde.....	p. 06
Radar da Previdência.....	p. 13
Radar da Assistência Social.....	p. 20
Painel de Tendências.....	p. 25
Referências.....	p. 26
Acesse nossos módulos.....	p. 27
Encerramento Institucional.....	p. 28



# Destaques Integrados do Semestre

## ■ Saúde

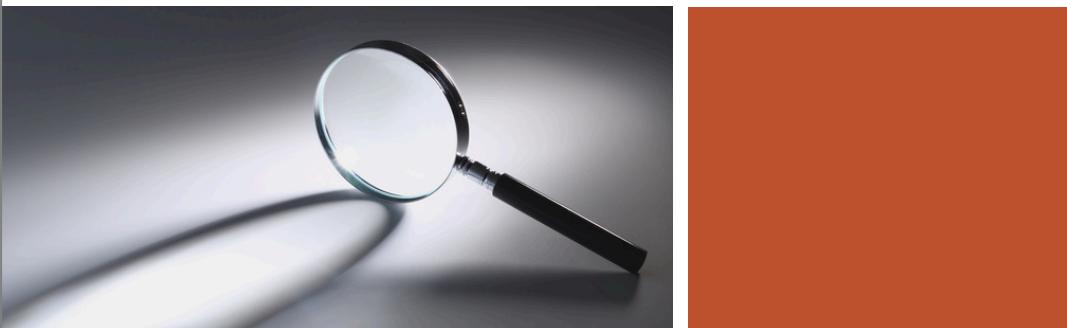
- Expansão da Atenção Primária nas áreas rurais e indígenas, alcançando 95,65% de cobertura estadual.
- Redução discreta da letalidade hospitalar (3,69% → 3,54%).
- Queda expressiva das coberturas vacinais em três imunobiológicos-chave, indicando risco de reemergência de surtos.

## ■ Assistência Social

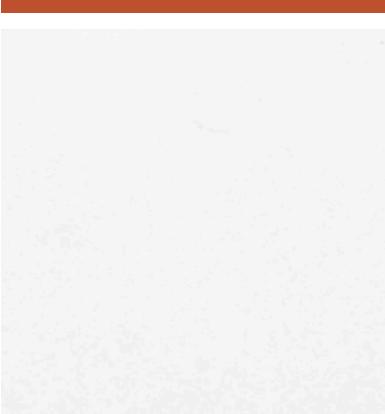
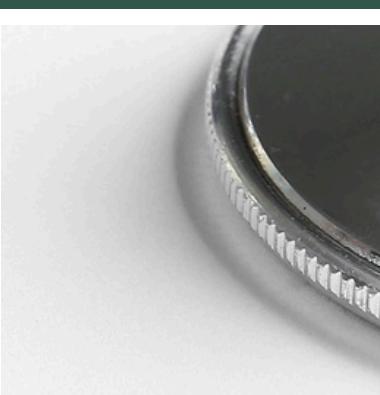
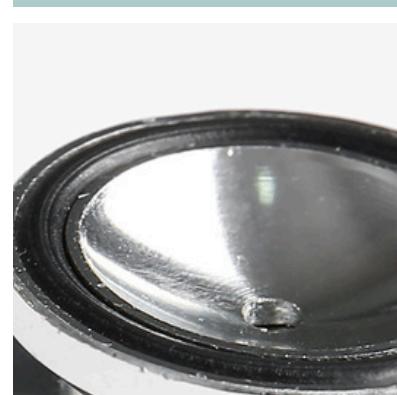
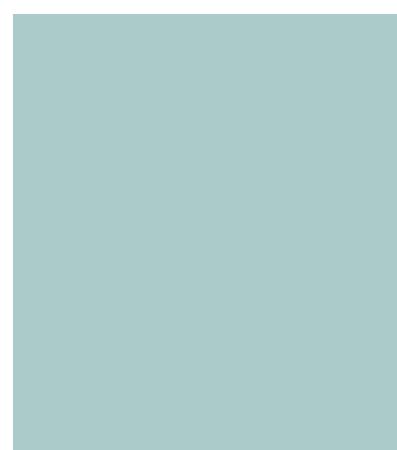
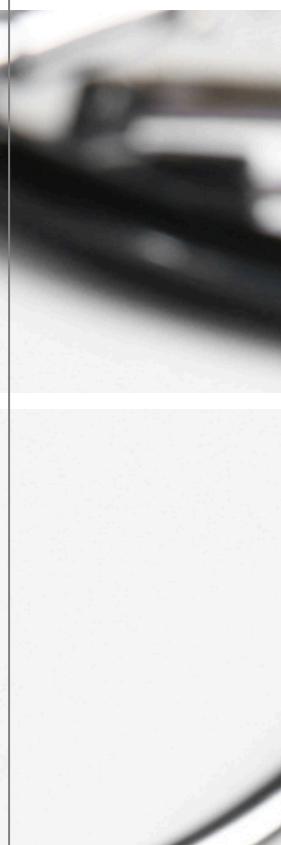
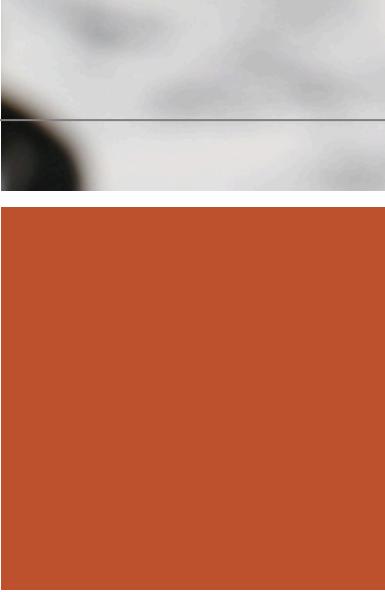
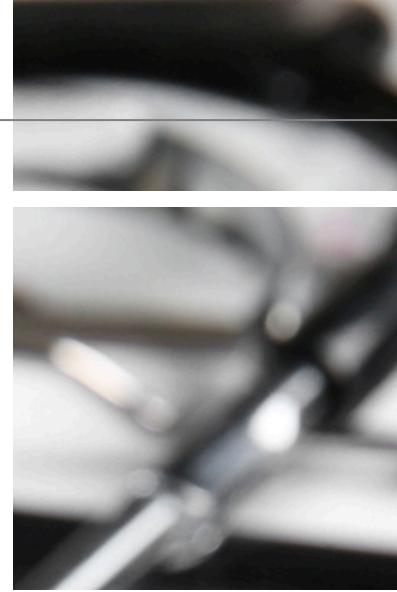
- Crescimento do emprego formal e redução de 9% na extrema pobreza.
- Interiorização da atividade econômica ampliando a autonomia de renda em municípios de pequeno porte.
- Fragilidade na estruturação da rede socioassistencial: apenas 16 municípios com equipes de referência completas.

## ■ Previdência

- Déficit atuarial superior a R\$ 11 bilhões entre os entes analisados.
- Crescimento das gestoras devedoras: de 63 para 133 em um ano.
- 42 RPPS em situação crítica na proporção de ativos e inativos.



# RADAR DA SAÚDE



# Panorama Geral do Semestre

O primeiro semestre de 2025 foi marcado por avanços consistentes na atenção primária à saúde em Mato Grosso, acompanhados de melhorias na qualidade assistencial hospitalar e fortalecimento da vigilância laboratorial em arboviroses. Em contrapartida, o período também revelou queda expressiva nas coberturas vacinais, acendendo alertas para riscos de reemergência de doenças imunopreveníveis. O semestre, portanto, expressa uma dicotomia: de um lado, consolidação da base assistencial do SUS; de outro, fragilização de um dos pilares mais importantes da prevenção — a imunização.

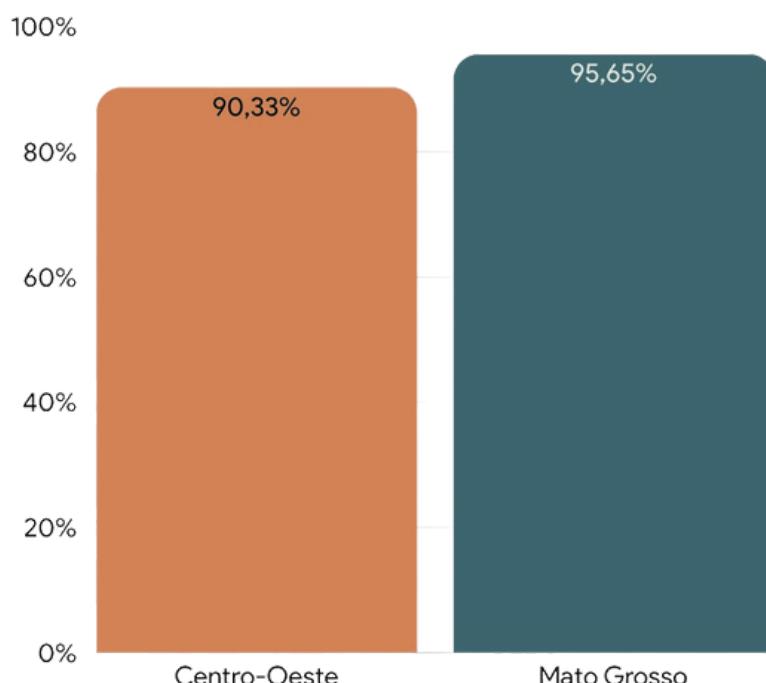


# Eixos de Destaque

## ■ Avanço da Atenção Primária em Mato Grosso

O indicador de cobertura da Atenção Primária em Saúde (APS) cresceu de 95,01% em janeiro para 95,65% em junho de 2025, consolidando um dos maiores índices do país e superando a média da região Centro-Oeste (90,33%). Esse avanço, ainda que percentual modesto, representa ganho real em um contexto de quase universalização, indicando expansão em áreas rurais, comunidades indígenas e populações ribeirinhas — onde o acesso tradicionalmente é mais limitado. A ampliação foi impulsionada por novos credenciamentos de equipes de Saúde da Família e incremento do financiamento federal, reforçando a interiorização da atenção básica e o enfrentamento das desigualdades territoriais.

### Cobertura da Atenção Primária em Saúde



# Eixos de Destaque

## ■ Expansão da Força de Trabalho Médica

O número de médicos vinculados ao SUS cresceu de 1,84 para 1,89 profissionais por mil habitantes no semestre — um aumento de cerca de 3%, correspondente a 226 novos médicos na rede pública. Esse reforço na força de trabalho amplia a capacidade de atendimento e o acompanhamento de condições crônicas, sobretudo em municípios pequenos e médios. Ainda distante da média dos países da OCDE (3,5/1000), o dado sugere avanço gradual e sustentado na consolidação de uma rede mais equitativa e resolutiva.

## ■ Redução da Letalidade Hospitalar

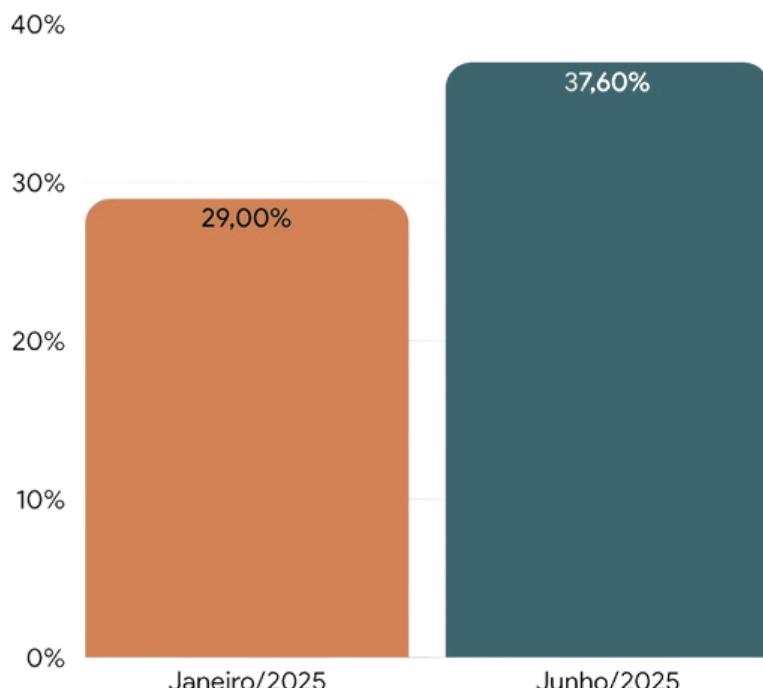
Entre janeiro e junho, a letalidade hospitalar no SUS estadual caiu de 3,69% para 3,54%, uma redução de cerca de 4%. Essa variação aparentemente discreta traduz melhorias expressivas na qualidade assistencial, refletindo o aprimoramento dos protocolos clínicos, maior disponibilidade de terapias intensivas e capacitação das equipes. Considerando o volume de internações no SUS, essa redução representa milhares de vidas poupanças e sugere que os investimentos em qualificação profissional e estrutura hospitalar estão produzindo efeitos concretos na segurança do paciente e nos desfechos clínicos.

# Eixos de Destaque

## ■ Melhora da Capacidade Diagnóstica em Arboviroses

A proporção de casos de dengue confirmados por critério laboratorial passou de 29% em janeiro para 37,6% em junho de 2025, um aumento de 30% em apenas seis meses. Esse salto indica fortalecimento da rede de vigilância laboratorial, maior disponibilidade de testes e insumos, e uma gestão mais estruturada dos fluxos de amostras. A confirmação laboratorial aprimora a precisão dos sistemas de informação, reduz falsos positivos e permite que as políticas de controle da dengue sejam orientadas por evidências mais confiáveis — elemento essencial em contextos epidêmicos.

### Proporção de Casos de Dengue com Diagnóstico Laboratorial



# Eixos de Destaque

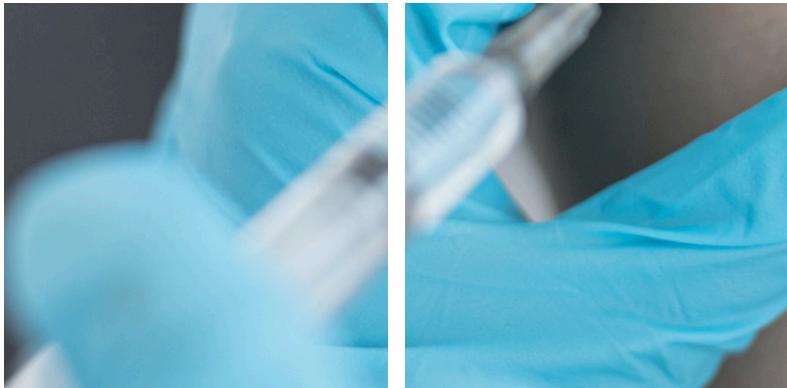
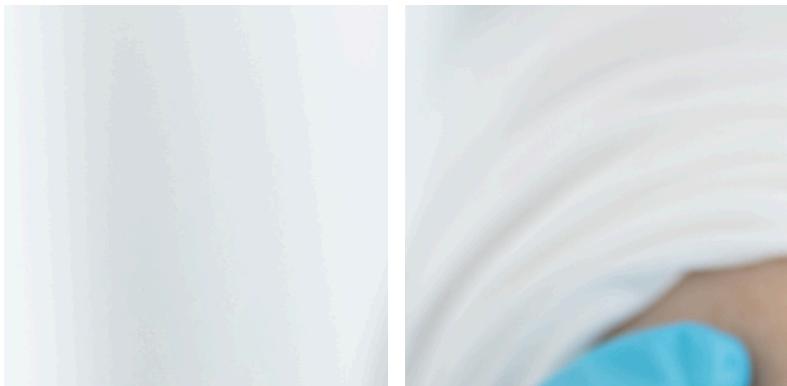
## ■ Queda Generalizada das Coberturas Vacinais

Todos os seis imunobiológicos avaliados apresentaram redução significativa de cobertura entre janeiro e junho de 2025 — com destaque para febre amarela (-43,2%), tríplice viral 2<sup>a</sup> dose (-33,3%) e penta (-27,9%). Essa tendência preocupa porque ameaça a imunidade coletiva e aumenta o risco de recrudescimento de surtos em populações infantis e regiões de baixa adesão. A queda pode estar associada à redução das campanhas de busca ativa, interrupções logísticas pontuais e hesitação vacinal crescente, exigindo respostas coordenadas como retomada de mobilizações nacionais e fortalecimento da comunicação social em saúde.



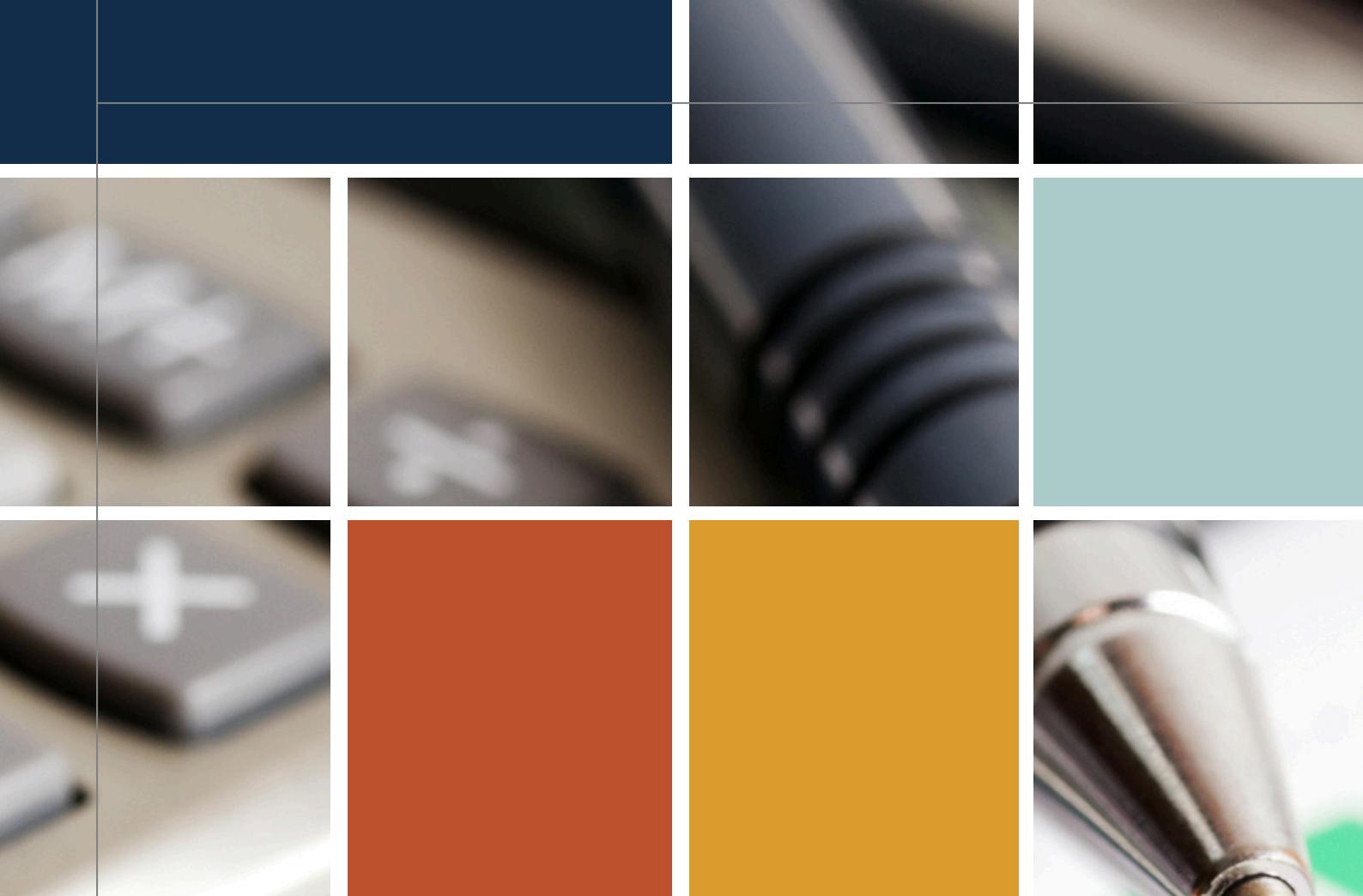
### PONTO DE ATENÇÃO

Entre os seis imunobiológicos avaliados, todos apresentaram retração no semestre. A maior queda foi na vacina contra febre amarela, cuja cobertura despencou de 111% para 63%. Esse comportamento reforça a urgência de estratégias de reengajamento da população, reestruturação da logística de distribuição de vacinas e campanhas educativas voltadas à confiança na imunização.

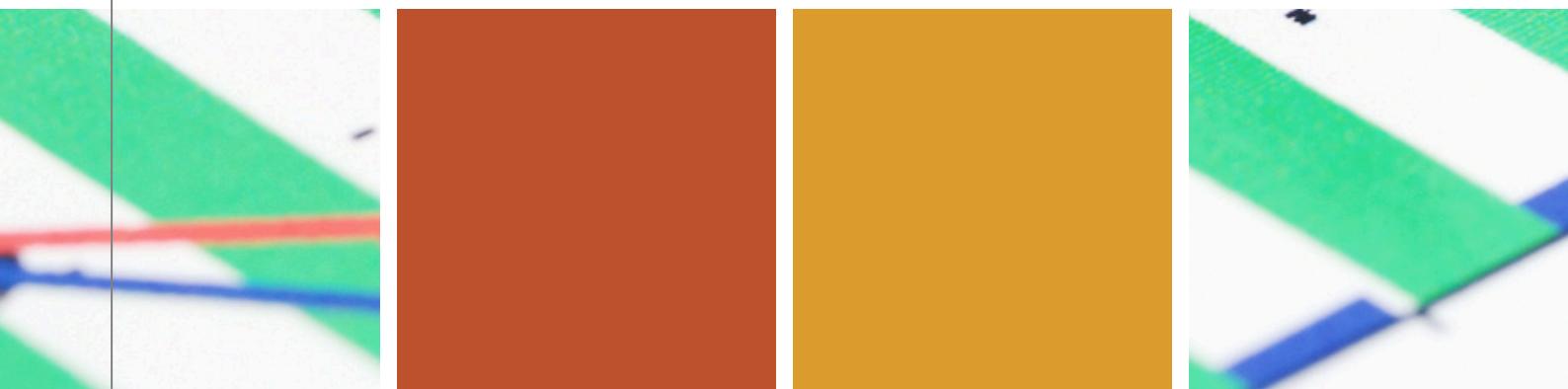
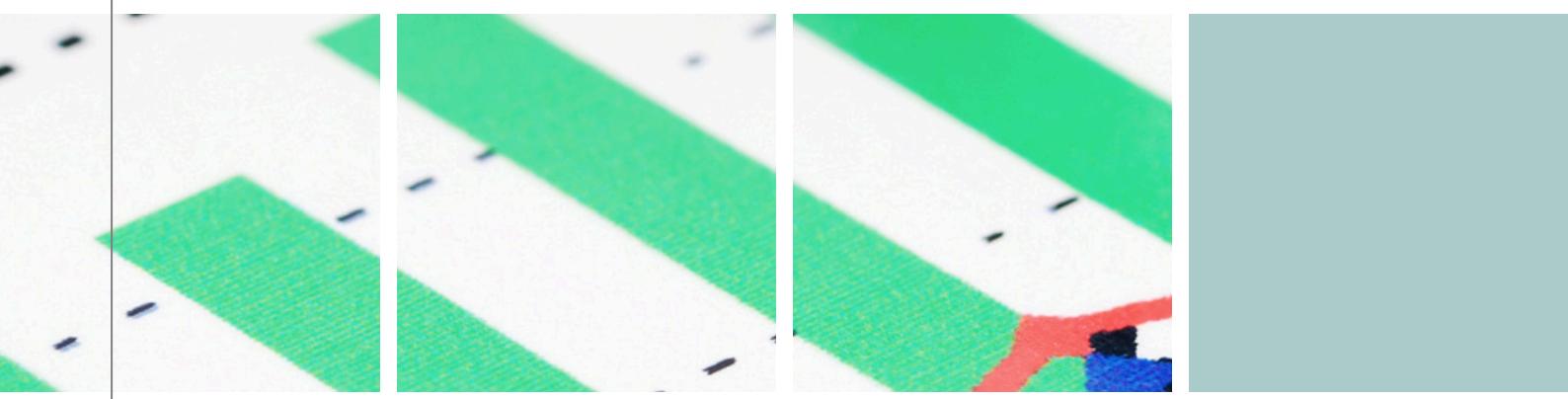


# Panorama e projeções

O primeiro semestre de 2025 consolidou avanços importantes na atenção primária e na capacidade diagnóstica, ao mesmo tempo em que revelou alertas críticos nas coberturas vacinais. Os dados apontam um SUS estadual mais robusto na oferta de serviços e mais eficiente no cuidado hospitalar, mas que precisa reagir rapidamente à perda de proteção imunológica da população. As perspectivas para o próximo semestre dependerão da capacidade de recompor coberturas vacinais e sustentar o ritmo de expansão da APS, assegurando que o avanço na estrutura assistencial se traduza em proteção coletiva duradoura.



# RADAR DA PREVIDÊNCIA



# Panorama Geral do Semestre

O exercício de 2025 consolidou avanços expressivos na governança e na transparência dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) de Mato Grosso, acompanhados da expansão dos indicadores estratégicos monitorados pelo Radar Previdência do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT). O painel, reconhecido nacionalmente pelo Comitê de Previdência da Atricon como referência para os Tribunais de Contas, passou a abranger todos os RPPS municipais e estaduais, oferecendo uma visão integrada e comparativa da sustentabilidade atuarial e fiscal dos regimes. O período também evidenciou desafios estruturais relacionados à amortização do déficit atuarial e à suficiência das reservas matemáticas, destacando a necessidade de fortalecimento do planejamento previdenciário dos entes federativos.



# Eixos de Destaque

## ■ Sustentabilidade e Equilíbrio Atuarial

O resultado atuarial aprovado em lei manteve tendência de crescimento do déficit a amortizar, superando R\$ 11 bilhões nos RPPS municipais. Embora o RPPS estadual tenha demonstrado melhora entre 2020 e 2022, houve novo agravamento em 2025, atingindo R\$ 1,7 bilhão. Além disso, 33 regimes municipais descumpriam o número mínimo de parcelas anuais para amortização, conforme a Portaria MTP nº 1.467/2022. O acompanhamento das alíquotas suplementares finais revelou que, em alguns entes, os percentuais projetados podem se tornar fiscalmente insustentáveis se não houver ajustes nas premissas. O Índice de Sustentabilidade Contributiva (ISC) e a proporção de ativos por inativos reforçam o alerta: 42 RPPS se encontram em nível crítico, com menos de três servidores ativos para cada beneficiário.



### PONTO DE ATENÇÃO

Com 42 RPPS em situação crítica na proporção de ativos e inativos, o envelhecimento da base de servidores ameaça o equilíbrio previdenciário. A renovação de quadros e políticas de reposição são medidas urgentes para reverter essa tendência.

# Eixos de Destaque

## ■ Impacto Fiscal e Suficiência Patrimonial

A análise do impacto fiscal reforçou a necessidade de integrar o RPPS ao planejamento orçamentário municipal. Em alguns entes, o déficit atuarial ultrapassa 100% da Receita Corrente Líquida, configurando risco elevado à sustentabilidade fiscal. Os índices de cobertura dos benefícios concedidos (ICBC) e das reservas matemáticas (ICRM) seguem como termômetros da robustez patrimonial. Enquanto a média dos RPPS municipais demonstra aproximação de 1,0 no ICBC — sinalizando capacidade de honrar os benefícios —, o ICRM permanece abaixo do ideal, revelando o desafio de capitalização de longo prazo. No caso do RPPS estadual, a situação é mais crítica, exigindo esforço financeiro adicional.

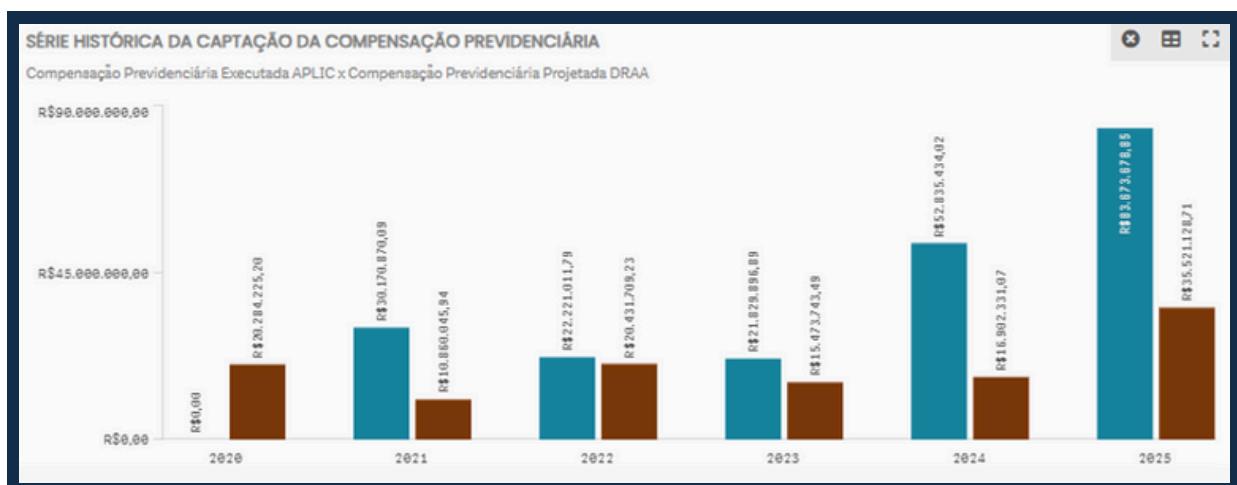
## ■ Transparência e Certificação

No eixo da Governança e Transparência, 2025 destacou a importância da certificação dos gestores de recursos e dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Em junho de 2025, 16 gestores de recursos ainda não possuíam certificação válida. A ausência de certificação impacta diretamente a segurança dos investimentos e a credibilidade do regime. O Radar Previdência passou a monitorar esses indicadores de forma contínua, ampliando a visibilidade e incentivando a conformidade institucional.

# Eixos de Destaque

## ■ Gestão Financeira e Repasses

O Radar Previdência identificou agravamento na regularidade dos repasses das contribuições previdenciárias normais e suplementares: entre setembro de 2024 e setembro de 2025, o número de unidades gestoras devedoras saltou de 63 para 133. O dado acende alerta sobre a necessidade de controle fiscal mais rigoroso e mecanismos de cobrança mais eficientes. Na compensação previdenciária, observou-se convergência entre as informações do Sistema Aplic e as projeções atuariais do DRAA, indicando amadurecimento técnico na gestão contábil dos RPPS. No entanto, a execução financeira efetiva ainda varia entre os entes, refletindo diferenças na capacidade administrativa e no fluxo de informações.



# Eixos de Destaque

## ■ Gestão e Governança Previdenciária

A gestão previdenciária em Mato Grosso avançou de forma significativa em 2025, com destaque para a ampliação da cobertura do Radar Previdência e a automatização de indicadores estratégicos. O Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) seguiu como requisito central de conformidade, e o sistema registrou 27 entes com CRP vencido ou pendente de renovação. A inovação do Radar — com contagem regressiva automatizada até o vencimento — aprimorou o controle e a previsibilidade da gestão. No Programa Pró-Gestão RPPS, apenas 36 dos 107 regimes alcançaram certificação entre os níveis I e IV, evidenciando a necessidade de ampliar a adesão à política de governança, dado seu impacto direto na transparência e na eficiência administrativa.



Quanto à Reforma da Previdência, 58 entes realizaram adequações à EC nº 103/2019, sendo 20 de escopo amplo e 38 com ajustes parciais. O avanço da Previdência Complementar reforça a preocupação dos gestores com o equilíbrio atuarial e a limitação dos benefícios ao teto do RGPS.



# Panorama e projeções

O Radar Previdência 2025 reafirma a importância do controle externo orientado por dados. Os resultados indicam avanços em governança, transparência e modernização dos sistemas de monitoramento. Persistem, entretanto, desafios estruturais ligados à suficiência patrimonial e à amortização efetiva dos déficits, o que exige políticas de longo prazo e uma gestão fiscal integrada. O fortalecimento da previdência pública municipal depende da consolidação desses avanços e da incorporação permanente das análises do Radar Previdência ao processo decisório dos gestores e ao acompanhamento técnico do TCE-MT.



# RADAR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

# Panorama Geral do Semestre

O primeiro semestre de 2025 foi marcado por avanços na geração de emprego formal em Mato Grosso, com impacto positivo na redução da pobreza extrema e na retração do número de famílias dependentes do Bolsa Família. Em contrapartida, o período revelou fragilidades persistentes na capacidade de proteção social, especialmente diante do crescimento da violência doméstica, do trabalho infantil e da população em situação de rua. O semestre expressa uma dualidade: de um lado, melhora nos indicadores econômicos e de renda; de outro, insuficiência da rede socioassistencial para absorver os novos riscos sociais emergentes.



# Eixos de Destaque

## ■ Expansão do Emprego Formal

Foram preenchidas 357,2 mil vagas formais no estado, com destaque para setores como construção civil e agroexportação. Embora a maioria das ocupações seja de baixa remuneração, o movimento contribuiu para a redução da extrema pobreza em 9% e para a retração de 7% nos benefícios do Bolsa Família. A migração para municípios com maior oferta de trabalho, mas baixa infraestrutura protetiva, acentuou a pressão sobre os serviços sociais locais

## ■ Redução da Dependência de Benefícios

Municípios como Porto Alegre do Norte apresentaram melhora de até 76% na redução da dependência de benefícios sociais, impulsionados pela expansão da construção civil. O Cadastro Único registrou queda no número de famílias em extrema pobreza, especialmente em territórios com maior empregabilidade.

## ■ Fragilidade da Capacidade Instalada

Apenas 16 municípios mantêm equipes socioassistenciais adequadas. A capacidade instalada segue em queda, sem perspectiva de expansão significativa no curto prazo. Isso compromete a resposta a situações de vulnerabilidade, especialmente em áreas indígenas e urbanas periféricas.

# Eixos de Destaque

## ■ Novos Vetores Econômicos

A operação de novas usinas de etanol de milho, a safra tardia de grãos e obras de infraestrutura (ferrovias) devem intensificar a dinâmica migratória e a geração de empregos temporários.

## ■ Riscos Sociais Ampliados

Grupos mais vulneráveis incluem jovens (18–24 e 35–45 anos), crianças e adolescentes. A ausência de expansão da rede de proteção social pode agravar os riscos, especialmente em municípios com crescimento econômico acelerado.



## ⚠ PONTO DE ATENÇÃO

A população em situação de rua cresceu 6% no segundo trimestre, refletindo a insuficiência da rede de acolhimento e a vulnerabilidade de grupos migrantes. A violência doméstica segue como principal desproteção, exigindo ações integradas entre assistência social, saúde e segurança pública.



# Panorama e projeções

O segundo semestre de 2025 consolidou avanços econômicos relevantes, com impacto direto na redução da pobreza extrema e da dependência de benefícios sociais. No entanto, os dados revelam uma rede de proteção social fragilizada, incapaz de acompanhar o ritmo das transformações econômicas e demográficas. As perspectivas para o primeiro semestre de 2026 dependem da capacidade de fortalecer a infraestrutura socioassistencial, garantindo que o progresso econômico se traduza em proteção social efetiva e duradoura.

# Painel de Tendências

- 1 **Descompasso entre expansão econômica e capacidade de proteção social:** Crescimento do emprego não acompanha a estruturação das redes de assistência e saúde.
- 2 **Migração interna impulsionada por obras e agroindústria:** Fluxos migratórios alteram demanda por serviços públicos, especialmente saúde e SUAS.
- 3 **Pressão fiscal sobre os municípios:** Déficits previdenciários tendem a restringir capacidade de investimento.
- 4 **Risco de reemergência de doenças imunopreveníveis:** Quedas significativas nas coberturas vacinais elevam risco sanitário.
- 5 **Aumento de situações de rua nos centros urbanos:** Indicadores mostram crescimento de 5% no semestre.
- 6 **Envelhecimento acelerado da força de trabalho pública:** Proporção crítica de ativos/inativos impacta sustentabilidade previdenciária.



# Referências

## Saúde

- Ministério da Saúde – InfoMS
- DATASUS – SIH/SUS; CNES
- Nota Técnica nº 14/2025-CGARB/DEDT/SVSA/MS

## Assistência Social

- CAGED – Emprego formal 2024–2025
- Cadastro Único – MDS
- Programa SER Família – Governo de MT
- Documentos normativos da Rede SUAS

## Previdência

- Radar Previdência – TCE-MT
- Lei nº 9.717/1998
- Portaria MTP nº 1.467/2022





## ACESSE NOSSOS MÓDULOS



RADAR DA SAÚDE



RADAR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



RADAR DA PREVIDÊNCIA

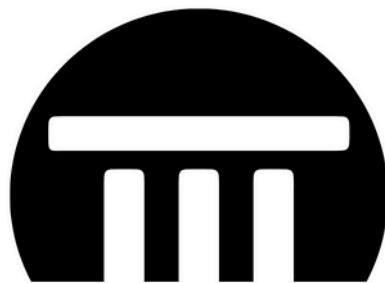
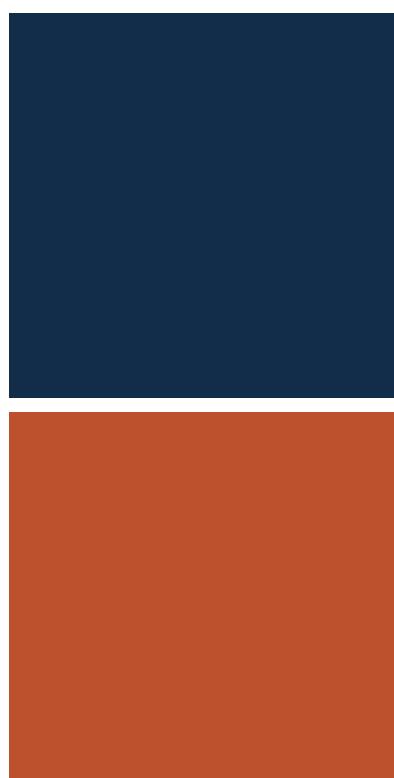
# Encerramento Institucional

O Boletim do Radar sintetiza os principais achados dos três eixos de políticas públicas acompanhados pela COPSPAS.

A análise evidencia que avanços econômicos só se consolidam quando acompanhados por proteção social robusta, sustentabilidade previdenciária e capacidade instalada suficiente nos municípios.

O Tribunal de Contas de Mato Grosso reafirma seu compromisso com a transparência, a técnica e o apoio contínuo à gestão pública estadual e municipal.

**Conselheiro Guilherme Antonio Maluf  
Presidente da COPSPAS / TCE-MT**



**Tribunal de Contas  
Mato Grosso**